

MP é aprovada com alterações

Supermercados, armazéns e lojas de conveniência não poderão mais vender medicamentos, cuja comercialização voltará a ser feita exclusivamente pelas farmácias e drogarias.

Essa foi uma das principais alterações feitas na Medida Provisória que criou o Real, finalmente aprovada ontem pelo Congresso, um ano depois de ter sido baixada, e após ser reeditada 12 vezes.

A emenda, do deputado Adylson Mota (PPR-RS), foi uma das seis mudanças acolhidas pelo relator José Fogaça (PMDB-RS).

Outra modificação beneficia as empreiteiras e empresas prestadoras de serviços ao governo.

Contratos — A MP original determinou o expurgo da expectativa de inflação embutida nos contratos sem correção monetária, existentes na data de criação do real. Caso essa expectativa não estivesse explícita no contrato, seria usado o Índice Geral de Preços (IGP) de junho de 94.

As empresas reclamaram porque o índice de junho, da ordem de 50%, era maior do que a inflação vigente na data em que muitas propostas foram apresentadas ao governo.

Por uma emenda do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), passa a valer a inflação do mês em

que a proposta foi apresentada. O que significa, em termos práticos, um expurgo menor desses contratos.

Críticas — O governo venceu a batalha pela aprovação da medida provisória que instituiu o Plano Real. Mas apanhou do começo ao fim da sessão.

Foi vítima, durante quase duas horas, do ataque cerrado de senadores e deputados dos partidos de oposição — especialmente o PT.

O deputado Arlindo Chinaglia (SP) chamou o governo Fernando Henrique de “Robin Hood às avessas” — que tira dinheiro dos pobres para dar aos ricos.

A deputada Conceição Tavares (PT-RJ) invocou o testemunho ausente do economista Affonso Celso Pastore, para dizer que o programa de estabilização transferiu US\$ 30 bilhões para os setores mais poderosos da sociedade, através das altas taxas de juros.

O ataque ganhou um tom mais ameno quando o senador Eduardo Suplicy (PT—SP) subiu à tribuna. Ele elogiou o “relativo” sucesso do governo no combate à inflação,

— Mas, a partir daí, iniciou um ataque frio ao desempenho do governo. “A taxa de desemprego tem crescido, bem como os níveis de inadimplência e a falência das empresas”, ressaltou.